



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2018
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	SEMPRESENCIAL
UNIDADE CORRECCIONADA	VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS E POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO
DATA DE INSTALAÇÃO DA VARA DOTRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS:	08/05/2018
DATA DE INSTALAÇÃO DA VARA DOTRABALHO DE PIRES DO RIO:	18/01/2013 (Convertida em Posto Avançado em 08/05/2018 – RA 83/2017)
JUIZ TITULAR:	CLEIDIMAR CASTRO DE ALMEIDA
TITULAR DESDE:	18/01/2013
DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	18/01/2013
PERÍODO CORRECCIONADO:	01/09/2017 a 31/08/2018

EQUIPE CORRECCIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Luduvic	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*		PIRES DO RIO			PALMEIRAS DE GOIÁS + PIRES DO RIO
Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2015	2016	2017	2018**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	670	589	531	669
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	845	606	514	466
3	Produção	126%	103%	97%	70%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	934	535	595	247
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	108	98	118	305
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	290	345	277	538
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	27%	22%	23%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	8%	13%	18%	41%
9	Execuções iniciadas	137	130	128	88
10	Execuções encerradas	92	101	131	80
11	Execuções baixadas	72	86	124	67
12	Execuções pendentes de encerramento	89	117	104	80
13	Execuções pendentes de baixa	84	159	169	143
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	22	46	64	65
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	72%	73%	73%	75%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	52%	58%	55%	78%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	40%	39%	41%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	47%	51%	54%	52%

* Dados extraídos do sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2018 referem-se aos meses de janeiro a agosto e incluem a movimentação/produtividade do Posto Avançado de Pires do Rio.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juízes que atuam na unidade**

Juiz Titular	CLEIDIMAR CASTRO DE ALMEIDA
--------------	-----------------------------

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade***2.3.1 – Dias da semana em que os juízes comparecem à Vara do Trabalho**

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.3.2 – Dias da semana em que os juízes comparecem ao Posto Avançado

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	-	-
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal	
	Pires do Rio (09/2017 a 04/2018)	Palmeiras de Goiás (05/2018 a 08/2018)
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	35	86
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	34	50

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	x	

2.5 – Despachos	Vara	Posto
Média mensal de despachos exarados	190	150
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	0	0
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0	0

* Dados apurados em 06/09/2018 (VT) e 17/09/2018 (Posto).

2.6 – Prolação de sentenças	Pires do Rio (09/2017 a 04/2018)	Palmeiras de Goiás (05/2018 a 08/2018)
2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	10	11

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento (Vara + Posto)

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	2	0
Sentença na fase executória	0	0
Embargos de declaração	0	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio		
	Na última visita correcional**	No período correccionado	
		Pires do Rio (09/2017 a 04/2018)	Palmeiras de Goiás (05/2018 a 08/2018)
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	47	62	35
Ordinário	91	133	48

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio		
	Na última visita correcional**	No período correccionado	
		Pires do Rio (09/2017 a 04/2018)	Palmeiras de Goiás (05/2018 a 08/2018)
Sumaríssimo	8	9	10
Ordinário	13	18	20

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado	
		Pires do Rio	Palmeiras de Goiás
	10	4	0

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado	
		Pires do Rio	Palmeiras de Goiás
	2	2	1

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado	
		Pires do Rio	Palmeiras de Goiás
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	3	2	1
Atualização de cálculos	1	1	0
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	6	5	5

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio		
	Na última visita correcional **	No período correccionado	
		Pires do Rio (09/2017 a 04/2018)	Palmeiras de Goiás (05/2018 a 08/2018)
Sumaríssimo	31	50	33
Ordinário	38	58	35

* Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

* A última visita correcional no Posto Avançado de Pires do Rio foi realizada nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2017 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/02/2016 e 31/01/2017.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Adelvair Alves da Costa	Diretor de Secretaria	Efetivo
Ana Carolina W. da Mata Gomes	Secretária de Audiências	Efetiva
Danyllo Dayan R. de Moraes	Assistente de Diretor	Cedido Municipal
Jussara Balta Ferreira	Assistente de Juiz	Efetiva
Lucas Gabriel Fonseca		Efetivo
Marcelo David Cavalcante		Efetivo
Tiago Souza Dias		Estagiário
Marco Antônio Marques de Matos	Diretor de Posto Avançado	Efetivo
Jonaika Martins Felix de Sousa		Efetiva
Ludimila da Costa		Efetiva
Letycia Mendes Costa		Efetiva
Mariana Rodrigues Lemes Alves		Efetiva
Silvana Reis de Mendonça Ribeiro	Secretária de Audiências	Efetiva
Keila Rodrigues da Silva		Estagiária
Thaynara Bastos Pereira		Estagiária

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	21
Notebooks	4
Impressoras	4
Multifuncionais	3
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

4.1.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

5.1 – VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correções permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?		X	
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais estão sendo designadas para o mês de outubro/2018, em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para novembro/2018 nos ritos sumaríssimo e ordinário.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial?	X		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	-	-	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	-	-	
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	-	-	
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	-	-	
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	-	-	
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	-	-	
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	-	-	
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	-	-	
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	-	-	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?	-	-	
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	-	-	
27	O Juízo aplica a prescrição intercorrente nas execuções decorrentes de créditos trabalhistas e previdenciários?	-	-	
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	-	-	
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	-	-	
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	-	-	
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		JUSSARA BALTA FERREIRA – PORTARIA 001/2015, PA nº 12416/2015.
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	-	-	

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

5.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (<i>check list</i>), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?		X	

8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?		X	
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais estão sendo designadas para o mês de outubro/2018, em ambos os ritos. As audiências de instrução estão sendo marcadas para outubro/2018 no rito sumaríssimo e novembro/2018 no rito ordinário
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial?		X	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		

19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	X		
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?	X		
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
27	O Juízo aplica a prescrição intercorrente nas execuções decorrentes de créditos trabalhistas e previdenciários?	X		

28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	-	-	
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	-	-	
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)		X	
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		

6 – CONVÊNIOS E SISTEMAS INFORMATIZADOS

6.1 – VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	NÃO HOUVE CASO.		
RENAJUD/DETRANET	x		
INFOJUD	x		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	NÃO HOUVE CASO.		
CONECTIVIDADE/CEF	NÃO HOUVE CASO.		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	x		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	NÃO HOUVE CASO.		

* Dados fornecidos pelo Diretor de Secretaria.

6.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB		x	
RENAJUD/DETRANET		x	
INFOJUD		x	
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB		x	
CONECTIVIDADE/CEF		x	
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF		x	
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		x	

* Dados fornecidos pelo Diretor do Posto.

6.3 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correicionado: Setembro de 2017 a Abril de 2018	
Grupo de até 1000 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
VT DE POSSE	26683	46762
VT DE PIRES DO RIO	6554	13717

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 24/09/2018.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO****7.1.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - A observância à Recomendação TRT 18ª SCR Nº 1/2014, de 3/07/2014, que dispõe acerca dos recolhimentos dos depósitos judiciais, provenientes de acordo homologado, em conta judicial e dá outras providências, alertando os juízes, nos processos em que houver a celebração de acordo entre as partes, que exijam, sempre que possível, que o pagamento do acordo seja efetuado através da utilização de conta judicial. No mesmo sentido deverá proceder o juízo quando da existência de depósito recursal na fase executória, determinando a transferência do mesmo para uma conta judicial.....		X	Suspensão da Recomendação TRT 18ª SCR nº 1/2014 pela Recomendação TRT 18ª SCR nº 2/2018.

7.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual**7.2.1 – Constatações Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás**

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0010133-51.2018.5.18.0291; RTSum-0010120-52.2018.5.18.0291; RTSum-0010115-30.2018.5.18.0291; RTSum-0010003-61.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010155-12.2018.5.18.0291; RTSum-0010313-67.2018.5.18.0291; RTSum-0010205-38.2018.5.18.0291; RTSum-0010296-31.2018.5.18.0291; RTSum-0010360-41.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010050-35.2018.5.18.0291).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010022-67.2018.5.18.0291; RTSum-0010119-67.2018.5.18.0291; RTSum-0010058-12.2018.5.18.0291; RTSum-0010061-64.2018.5.18.0291; RTSum-0010062-49.2018.5.18.0291 e RTSum-0010057-27.2018.5.18.0291).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0010223-59.2018.5.18.0291 e RTOOrd-0010151-72.2018.5.18.0291).
4	Constatou-se que, no processo RTOOrd-0010079-85.2018.5.18.0291, referente aos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto a ata homologatória contém as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177, do mesmo diploma normativo.
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria lança corretamente no sistema PJe os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010003-61.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010099-76.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010087-62.2018.5.18.0291; RTSum-0010153-42.2018.5.18.0291; RTSum-0010196-76.2018.5.18.0291 e RTSum-0010227-96.2018.5.18.0291).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados (processos: RTOOrd-0010087-62.2018.5.18.0291; RTSum-0010153-42.2018.5.18.0291; RTSum-0010196-76.2018.5.18.0291; RTSum-0010227-96.2018.5.18.0291 e RTSum-0010229-66.2018.5.18.0291).
7	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 12/09/2018, constatou-se que não há processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
8	Considerando que a efetiva instalação e funcionamento da Vara do Trabalho de Palmeiras se deu no mês de maio do corrente ano, resultando em uma movimentação processual recente, fica prejudicada a verificação quanto à adequação dos procedimentos da Unidade ao disposto no Provimento Geral Consolidado, no que tange ao arquivamento provisório dos autos.
9	Considerando que a efetiva instalação e funcionamento da Vara do Trabalho de Palmeiras se deu no mês de maio do corrente ano, resultando em uma movimentação processual recente, fica prejudicada a verificação quanto à adequação dos procedimentos da Unidade ao disposto no Provimento Geral Consolidado, no que tange à execução fiscal.

Item	Constatações
10	Considerando que a efetiva instalação e funcionamento da Vara do Trabalho de Palmeiras se deu no mês de maio do corrente ano, resultando em uma movimentação processual recente, fica prejudicada a verificação quanto à adequação dos procedimentos da Unidade ao disposto no Provimento Geral Consolidado, no que tange às execuções previdenciárias.
11	Considerando que a efetiva instalação e funcionamento da Vara do Trabalho de Palmeiras se deu no mês de maio do corrente ano, resultando em uma movimentação processual recente, fica prejudicada a verificação quanto à adequação dos procedimentos da Unidade ao disposto no Provimento Geral Consolidado, no que tange à execução trabalhista.
12	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd-0010249-57.2018.5.18.0291; RTOrd-0010212-30.2018.5.18.0291 e RTOrd-0011226-88.2018.5.18.0181).
13	No processo a seguir relacionado, REMETIDO AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processo: RTSum-0010058-12.2018.5.18.0291).
14	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010058-12.2018.5.18.0291; PAP-0010040-88.2018.5.18.0291; RTSum-0010012-23.2018.5.18.0291 e RTSum 0010004-46.2018.5.18.0291).
15	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010058-12.2018.5.18.0291; PAP-0010040-88.2018.5.18.0291; RTSum-0010012-23.2018.5.18.0291 e RTSum-0010004-46.2018.5.18.0291).
16	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz o termo de remessa, indicando o rito adotado e o Juiz prolator da sentença, além de mencionar os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTSum- 0010058-12.2018.5.18.0291 e PAP-0010040-88.2018.5.18.0291).
17	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 15/05/2018 e 08/08/2018, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 57 (cinquenta e sete) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 15 (quinze) processos.
18	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 15/05/2018 e 08/08/2018, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira.
19	Desde a instalação da Vara do Trabalho (08/05/2018) até a presente data (12/09/2018), não foram encontrados processos no sistema e-Gestão para verificação do prazo de solução de incidentes na fase de execução.

7.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual**7.2.2 – Constatações Posto Avançado de Pires do Rio**

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que o Posto utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0010446-09.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010326-97.2016.5.18.0271; RTSum-0010436-96.2016.5.18.0271; RTSum-0010265-08.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010284-82.2015.5.18.0271; RTOOrd-0010076-64.2016.5.18.0271 e RTOOrd-0010177-04.2016.5.18.0271).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010446-09.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010326-97.2016.5.18.0271; RTSum-0010436-96.2016.5.18.0271; RTSum-0010265-08.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010284-82.2015.5.18.0271; RTOOrd-0010076-64.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010619-04.2015.5.18.0271 e RTOOrd-0010177-04.2016.5.18.0271).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no inciso I do artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, TODAVIA, não traz a advertência expressa de que a não apresentação da GFIP, sujeitará o infrator a pena de multa e demais sanções administrativas, DESCUMPRINDO o inciso II do artigo 81 do PGC (processos: RTSum-0010476-44.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010186-29.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010194-06.2017.5.18.0271 e RTOOrd-0010480-18.2016.5.18.0271).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0010476-44.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010186-29.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010194-06.2017.5.18.0271; RTSum-0010299-80.2017.5.18.0271; RTSum-0010338-77.2017.5.18.0271 e RTOOrd-0010456-53.2017.5.18.0271).
5	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pelo Posto, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177, do mesmo diploma normativo (processos: RTSum-0010072-56.2018.5.18.0271 e RTSum-0010070-86.2018.5.18.0271).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria lança corretamente no sistema PJe os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010044-28.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010216-30.2018.5.18.0271; RTOOrd-0010032-74.2018.5.18.0271; RTSum-0010035-29.2018.5.18.0271 e RTOOrd-0010190-32.2018.5.18.0271).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: RTSum-0010020-60.2018.5.18.0271; RTSum-0010072-56.2018.5.18.0271; RTSum-0010070-86.2018.5.18.0271; RTSum-0010044-28.2018.5.18.0291; RTOOrd-0010216-30.2018.5.18.0271 e RTOOrd-0010190-32.2018.5.18.0271).
8	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 05/09/2018, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
9	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: RTSum-0010321-75.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010084-07.2017.5.18.0271; RTSum-0010156-28.2016.5.18.0271 e RTSum-0010322-60.2016.5.18.0271).

10	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: RTSum-0010321-75.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010084-07.2017.5.18.0271; RTSum-0010156-28.2016.5.18.0271 e RTSum-0010322-60.2016.5.18.0271).
11	Não foram encontrados processos no período correcional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0010607-53.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010284-82.2015.5.18.0271 e RTSum-0010265-08.2017.5.18.0271).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010607-53.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010284-82.2015.5.18.0271; RTSum-0010265-08.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010024-34.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010076-64.2016.5.18.0271 e RTOOrd-0010443-88.2016.5.18.0271).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que o Posto observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: RTOOrd-0010607-53.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010284-82.2015.5.18.0271; RTSum-0010265-08.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010024-34.2017.5.18.0271 e RTOOrd-0010443-88.2016.5.18.0271).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010197-58.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010310-12.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010024-34.2017.5.18.0271; RTSum-0010476-44.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010545-76.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010108-35.2017.5.18.0271 e RTSum-0010446-09.2017.5.18.0271).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independentemente de requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos, como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, cumprindo, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTSum-0010544-28.2016.5.18.0271; RTOOrd-0010222-08.2016.5.18.0271 e RTSum-0010273-19.2016.5.18.0271).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal ao exequente imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOOrd-0010024-34.2017.5.18.0271 e RTOOrd-0010069-72.2016.5.18.0271).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho intima as partes para manifestação acerca da conta de liquidação, cumprindo o disposto no artigo 879 da CLT (processos: RTOOrd-0010197-58.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010310-12.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010024-34.2017.5.18.0271 e RTSum-0010476-44.2017.5.18.0271).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho não inicia a execução de ofício (processos: RTOOrd-0010197-58.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010310-12.2017.5.18.0271; RTOOrd-0010024-34.2017.5.18.0271 e RTSum-0010476-44.2017.5.18.0271).

20	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais e/ou das sentenças proferidas/acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010057-87.2018.5.18.0271; RTSum-0010594-20.2017.5.18.0271 e RTOrd-0010236-55.2017.5.18.0271).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010445-24.2017.5.18.0271; RTOrd-0010354-31.2017.5.18.0271; RTSum-0010017-08.2018.5.18.0271 e RTOrd-0010358-68.2017.5.18.0271).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010445-24.2017.5.18.0271; RTOrd-0010354-31.2017.5.18.0271; RTOrd-0010296-28.2017.5.18.0271 e RTSum-0010017-08.2018.5.18.0271).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0010445-24.2017.5.18.0271; RTOrd-0010354-31.2017.5.18.0271; RTOrd-0010296-28.2017.5.18.0271; RTSum-0010017-08.2018.5.18.0271 e RTOrd-0010358-68.2017.5.18.0271).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa indicando o rito adotado, o Juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, descumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0010445-24.2017.5.18.0271; RTOrd-0010296-28.2017.5.18.0271; RTSum-0010017-08.2018.5.18.0271 e RTOrd-0010358-68.2017.5.18.0271).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0011227-36.2014.5.18.0271; ET-0010265-71.2018.5.18.0271 e ET-0010264-86.2018.5.18.0271).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011227-36.2014.5.18.0271; ET-0010265-71.2018.5.18.0271 e ET-0010264-86.2018.5.18.0271).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa indicando o rito adotado, o Juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, descumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0011227-36.2014.5.18.0271; ET-0010265-71.2018.5.18.0271 e ET-0010264-86.2018.5.18.0271).
28	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 14/05/2018 e 05/09/2018, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 57 (cinquenta e sete) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 12 (doze) processos.
29	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 14/05/2018 e 05/09/2018, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira.
30	Desde a instalação do Posto (08/05/2018) até a presente data (06/09/2018), não foram encontrados processos no sistema e-Gestão para verificação do prazo de solução de incidentes na fase de execução.